



Campo Endividado: a tempestade perfeita

Como a situação chegou até aqui.

Nelson Moreira - Agropress Agência de Notícias

Com estimativas que apontam para cerca de R\$ 170 bilhões em operações consideradas problemáticas, renegociadas ou sob forte pressão financeira, avanço da inadimplência e aumento no número de recuperações judiciais, o produtor brasileiro atravessa um dos períodos de maior aperto econômico das últimas décadas. A conta, no entanto, não nasceu agora — e tampouco tem um único responsável. Em 2025, produtores rurais pessoas físicas e jurídicas somaram mais de 1,6 mil pedidos de recuperação judicial, segundo dados da Serasa Experian. O número chama atenção, embora especialistas lembrem que a recuperação judicial no campo só ganhou força após mudanças jurídicas, respaldadas por decisões do STF, que permitiram ao produtor rural recorrer ao instrumento quando necessário. Ao mesmo tempo, cresce a busca por renegociações, alongamentos de dívida, pedidos de securitização e programas emergenciais de crédito. Em Brasília, mais uma vez, projetos avançam no Congresso tentando criar mecanismos de reorganização financeira para propriedades sufocadas por uma combinação difícil de administrar: juros mais altos, clima adverso, custos elevados e margens cada vez menores. Não é a primeira vez que o agro pede socorro. Ao longo das últimas décadas, crises de endividamento levaram diferentes governos a renegociar dívidas, alongar prazos e criar novas linhas de crédito diante do

temor de impactos sobre produção, emprego e abastecimento. A lógica tem explicação. A produção agropecuária sempre foi tratada como questão estratégica. Afinal, comida, inflação e segurança alimentar têm peso político e econômico. A partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, o financiamento subsidiado passou a funcionar como motor da expansão da agricultura brasileira. Em diferentes momentos — especialmente após hiperinflação, crises cambiais, estiagens ou quebra de safra — renegociações ajudaram produtores a reorganizar dívidas e seguir produzindo.



Entre juros altos, clima adverso e margens cada vez menores, o campo enfrenta uma das maiores pressões financeiras das últimas décadas.

Quando o jogo virou

Produtores ouvidos pela reportagem avaliam que anos de preços favoráveis incentivaram crescimento dentro das propriedades. Houve compra de terra, máquinas, irrigação, armazenagem e expansão de área, quase sempre apoiadas em financiamento. Enquanto soja, milho e outras commodities sustentavam margens positivas, a engrenagem girava. O problema começou quando vários fatores passaram a pressionar ao mesmo tempo. Para Francisco Maturro, presidente do LIDE Agronegócios, o aperto começou quando custos e receitas passaram a andar em direções diferentes. “A pandemia bagunçou logística. Depois a guerra entre Rússia e Ucrânia elevou muito o custo dos fertilizantes. Em seguida vieram juros mais altos, clima complicado e queda de margem. O produtor passou a gastar mais e ganhar menos”, avalia. Para Guilherme Rios, assessor técnico da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). O financiamento cresceu, mas mecanismos para proteger o produtor em momentos ruins — como seguro rural e previsibilidade financeira — não avançaram na mesma velocidade, afirma. Na prática, a conta ficou mais vulnerável quando diferentes fatores negativos passaram a ocorrer ao mesmo tempo.

O tamanho do buraco

Medir o tamanho real da dívida do agro virou, por si só, um exercício complexo. No campo político, algumas estimativas chegaram a falar em até R\$ 1,39 trilhão vinculados ao universo do crédito rural — número usado como argumento para defender programas mais amplos de renegociação. Mas especialistas do setor salientam que nem toda dívida do agro virou problema. Boa parte do crédito rural segue dentro do fluxo normal de pagamento, com contratos adimplentes e operações funcionando sem maiores dificuldades. A preocupação maior estaria concentrada nas chamadas operações “estressadas” — dívidas em atraso, renegociadas, prorrogadas ou já consideradas de difícil recuperação. Nesse recorte, entidades ligadas ao setor, como a Andaterra (Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuáristas e Produtores da Terra), trabalham com algo próximo de R\$ 170 bilhões em operações consideradas problemáticas, renegociadas ou sob forte pressão financeira.

Quando renegociar já não basta

Se renegociar dívida sempre foi uma saída tradicional no campo, há situações em que ela deixa de ser suficiente. É aí que cresce a procura pela recuperação judicial — um caminho que ainda é tratado com cautela. Para o advogado André Bachur, sócio do escritório Passos & Sticca, especializado em agronegócio, a recuperação judicial nunca é o melhor cenário. “Ela costuma ser o último recurso”, afirma. Segundo ele, antes de chegar ao Judiciário, a prioridade costuma ser renegociar com bancos, reorganizar passivos e, quando necessário, até vender ativos. “O produtor perde crédito, perde confiança do mercado e enfrenta um desgaste enorme”, resume. Bachur reconhece, porém, que o cenário atual vem pressionando propriedades que já carregavam dívidas antigas. “Muitas vezes o problema não nasceu nesta safra. São operações que vêm sendo roladas há anos”, observa. Na avaliação do advogado, o setor vive uma “tempestade perfeita”. Se a recuperação judicial aparece como último recurso, renegociações seguem sendo a principal aposta para evitar que mais produtores cheguem a esse ponto. Instituições financeiras, entre elas o Banco do Brasil — maior operador de crédito rural do país —, vêm alongando pagamentos e reorganizando passivos, sobretudo em regiões afetadas por perdas climáticas recorrentes. A lógica é preservar a capacidade produtiva antes que o aperto financeiro comprometa a próxima safra. Ao mesmo



Endividamento e custos elevados pressionam o produtor rural.

tempo, governo federal, instituições financeiras e Congresso discutem mecanismos para dar fôlego ao setor, incluindo renegociações, securitização de passivos e medidas que podem alcançar cerca de R\$ 82 bilhões em dívidas rurais. O movimento ganhou força diante da combinação de clima adverso, juros mais altos, custos elevados e margens apertadas. Produtores relatam um ambiente de crédito mais caro, seletivo e, em alguns casos, mais difícil de renegociar. Nos bastidores do setor, surgem críticas à chamada “reciprocidade” — prática em que produtores relatam pressão informal para contratação de seguros, capitalização ou outros serviços financeiros para facilitar o acesso ao crédito rural. Altair Borges, produtor rural em Cocalinho (MT), afirma que esse tipo de situação não é novidade no campo. “Todas as vezes que peguei dinheiro no

banco, tive que pegar seguro, capitalização ou seguro prestamista. Isso encarecia a tomada do dinheiro”, relata. Segundo ele, em alguns períodos produtores também precisaram recorrer ao chamado financiamento cruzado, combinando parte do crédito com recursos controlados pelo governo e outra parte a juros livres de mercado. “Às vezes o produtor pegava 50% com recurso controlado e o restante com juro livre. Isso aumentava bastante o custo”, afirma. De um lado, produtores afirmam que, em momentos de expansão, houve forte incentivo à tomada de crédito. Do outro, instituições financeiras argumentam que operam sob regras rígidas, assumem riscos relevantes e seguem normas do sistema financeiro nacional. No campo, a percepção é de que o ambiente mudou. “Muitos produtores cresceram quando a conta fechava. Quando o cenário virou, a capacidade de carregar estrutura pesada ficou muito menor”, avalia Altair Martins, da Palin & Martins Organização Tributária Ltda, especializada em agronegócio e recuperação de ativos tributários. Para ele, parte das dificuldades recentes está ligada à gestão financeira da propriedade. “O produtor rural é muito eficiente produzindo. Mas nem sempre teve a mesma estrutura para acompanhar fluxo de caixa, custo financeiro, projeção de margem e organização patrimonial”, afirma.

O clima entrou na conta

Borges, o produtor rural em Cocalinho (MT), afirma que enfrentou três anos seguidos de problemas climáticos, agravando uma situação que já vinha apertada. Para ele, o impacto das perdas muda de tamanho quando ocorre em sequência. “Uma safra ruim sempre machuca. Duas já deixam o navio avariado”, resume. Para Rios, da CNA, parte da vulnerabilidade atual também está ligada às limitações dos instrumentos de proteção ao risco climático. Segundo ele, mecanismos como seguro rural e Proagro deveriam reduzir prejuízos e dar maior previsibilidade ao produtor diante das incertezas do clima, mas a cobertura ainda é considerada insuficiente para parte das propriedades. Em períodos de perdas sucessivas, explica, a dificuldade de recompor caixa compromete a capacidade de investimento para a safra seguinte.

Evitar o próximo incêndio

Olhando para um problema a Serasa Experian — empresa especializada em análise de crédito passou a investir em programas voltados à organização financeira de pequenas propriedades rurais. A ideia é ajudar produtores a melhorar gestão e planejamento antes que a situação financeira chegue ao limite. Um projeto-piloto já foi realizado no Oeste de Santa Catarina, junto com o Sebrae. Cerca de 36 pequenos produtores receberam consultorias e capacitação. Segundo a empresa, houve melhora superior a 200% na forma de organizar as contas da propriedade Para Martins, parte do ajuste dentro da porteira passa também pela área tributária. Segundo ele, muitos produtores desconhecem possibilidades de recuperar créditos de ICMS que podem aliviar a pressão sobre o caixa, conforme a atividade e as regras de cada estado. “Há casos em que o produtor tem valores a recuperar e nem sabe. No diesel, por exemplo, há operações em que esse resgate pode chegar perto de R\$ 1,17 por litro. Isso pode ajudar a recompor caixa e aliviar a pressão sobre dívidas”, afirma. Depois de décadas convivendo com renegociações, cresce no setor a percepção de que apenas alongar dívidas não resolve o problema sozinho. Controle das contas, organização da propriedade e planejamento precisam entrar na conversa — numa tentativa de impedir que a conta volte, mais uma vez, a bater na porta.